

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS - 2021**

**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)**

**Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ)**

**Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES)**

**Informações gerais**

As demonstrações contábeis das Unidades Gestoras da Justiça Federal da 2ª Região (JF2) foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986 e da Lei Complementar nº 101/2000. Baseiam-se também nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC-TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. São compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP)
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- III. Balanço Orçamentário (BO)
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- VI. Notas Explicativas

O objetivo principal das demonstrações é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira das Unidades Gestoras.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as demonstrações agregam as contas das Unidades Gestoras da Justiça Federal da 2ª Região (JF2), abaixo listadas.

090028 – Tribunal Regional Federal 2ª Região – Executora
090054 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Escola de Magistratura Regional Federal
090034 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Orçamentária
090048 - Tribunal Regional Federal 2ª Região – Pagamento de Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor - RPVs
090016 – Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Executora
090014 – Seção Judiciária do Espírito Santo - Executora

Importante ressaltar que a JF2 não representa um órgão para efeito do sistema SIAFI e, portanto, as suas demonstrações contábeis refletem o agrupamento das respectivas unidades gestoras, as

quais integram, juntamente com as demais regiões, as demonstrações consolidadas da Justiça Federal, sob a jurisdição administrativa do Conselho de Justiça Federal (CJF).

O CJF é o órgão central das atividades sistêmicas da Justiça Federal, cabendo-lhe a supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, cujas decisões (administrativas) possuem caráter vinculante, e são de observância obrigatória por todas as unidades da Justiça Federal, conforme estabelece o art. 105, parágrafo único, inc. II, da Constituição Federal e no art. 3º da Lei n. 11.798/2008.

As demonstrações contábeis da JF2 são influenciadas pela forma como se encontra estruturada a movimentação orçamentária e financeira dentro da Justiça Federal.

Possuem dotação consignada na lei orçamentária anual (LOA) cada um dos cinco tribunais regionais federais, porém a dotação da JF de 1º Grau, ou seja, das seções judiciárias, é consignada em conjunto com o orçamento do CJF.

Os recursos orçamentários do CJF e do TRF2 são recebidos diretamente da União com base na LOA, sendo consignados nas próprias unidades.

Porém, os recursos orçamentários da JF de 1º Grau são repassados pelo CJF ao TRF2, que provisiona tais recursos para posterior transferência à SJRJ e à SJES.

Os recursos financeiros seguem um fluxo diferente, pois tanto os recursos dos tribunais quanto os das seções judiciárias são centralizados no CJF. Conforme programação financeira, os recursos são transferidos aos tribunais que, por sua vez, repassam parte desses recursos para as respectivas seções judiciárias.

Em relação ao ano de 2020, as despesas orçamentárias empenhadas (correntes e de capital) tiveram um aumento de 10,30%, enquanto as despesas pagas tiveram um aumento de 11%, totalizando R\$ 6.483.539.436,21 e R\$ 6.331.615.607,00, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado no ano de 2021 foi positivo em R\$ 86.721.310,10. No mesmo período do ano anterior, o resultado foi negativo em R\$ 75.688.064,32.

O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2021, restou positivo em R\$ 679.409.836,16. O valor do patrimônio líquido no final do exercício de 2020 era de R\$ 620.813.877,59.

No período em análise, o passivo exigível alcançou R\$ 232.315.102,86, o que representa 25% do total do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo exigível foi de R\$ 205.626.530,41, equivalendo também a 25% do total do ativo.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – apurada na Demonstração dos Fluxos de Caixa – foi positiva em R\$ 13.159.551,25, até 31 de dezembro de 2021. No mesmo período do ano anterior, observou-se um consumo líquido de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 21.176.962,18.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

**Balço Patrimonial**

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	4	<b>74.875.741,04</b>	<b>61.700.351,91</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	7	<b>232.315.102,86</b>	<b>205.626.530,41</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		61.735.509,85	48.575.958,60	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		192.606.117,38	173.543.077,30
Créditos a Curto Prazo Demais Créditos e Valores		6.838.602,64 6.838.602,64	6.630.550,82 6.630.550,82	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		247.364,79	136.557,80
Estoques VPDs Pagas Antecipadamente		5.965.318,62 336.309,93	6.278.770,30 215.072,19	Demais Obrigações a Curto Prazo		39.461.620,69	31.946.895,31
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>836.849.197,98</b>	<b>764.740.056,09</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.242,70	2.242,70	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>		<b>232.315.102,86</b>	<b>205.626.530,41</b>
<b>Imobilizado</b>	5	<b>834.329.331,60</b>	<b>739.688.471,67</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Bens Móveis		95.018.107,87	92.838.372,19	ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
Bens Imóveis		739.311.223,73	646.850.099,48	Demais Reservas		200,00	-
<b>Intangível</b>	6	<b>2.517.623,68</b>	<b>25.049.341,72</b>	Resultados Acumulados		679.409.636,16	620.813.877,59
Softwares		2.509.893,68	25.041.611,72	Resultado do Exercício		86.721.310,10	-75.688.064,32
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		7.730,00	7.730,00	Resultados de Exercícios Anteriores		620.813.877,59	734.256.055,33
				Ajustes de Exercícios Anteriores		-28.125.551,53	-37.754.113,42
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>911.724.939,02</b>	<b>826.440.408,00</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>679.409.836,16</b>	<b>620.813.877,59</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>911.724.939,02</b>	<b>826.440.408,00</b>

**QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>61.735.509,85</b>	<b>48.575.958,60</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>188.986.341,62</b>	<b>188.491.027,62</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>849.989.429,17</b>	<b>777.864.449,40</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>93.223.336,12</b>	<b>47.350.914,07</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>629.515.261,28</b>	<b>590.598.466,31</b>

**QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>29.426.126,44</b>	<b>32.323.926,99</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>384.470.698,84</b>	<b>375.452.031,82</b>
Atos Potenciais Ativos	29.426.126,44	32.323.926,99	Atos Potenciais Passivos	384.470.698,84	375.452.031,82
Garantias e Contragarantias Recebidas	24.446.564,44	27.344.364,99	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	4.979.562,00	4.979.562,00	Obrigações Contratuais	384.470.698,84	375.452.031,82
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>29.426.126,44</b>	<b>32.323.926,99</b>	<b>TOTAL</b>	<b>384.470.698,84</b>	<b>375.452.031,82</b>

**DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-126.892.843,31</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-357.988,46</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-10.783,03
Previdência Social (RPPS)	-39.472,94
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-307.732,49
<b>TOTAL</b>	<b>-127.250.831,77</b>

## Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2021	2020
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>13.402.048.400,98</b>	<b>11.926.393.827,87</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		20.913.927,32	18.918.837,23
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		523.646,54	307.365,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		10.500,32	59.871,86
Transferências e Delegações Recebidas		12.963.488.089,51	11.568.025.370,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		94.334.106,47	145.129.012,05
Reavaliação de Ativos		90.492.672,07	136.173.313,44
Ganhos com Incorporação de Ativos		865.962,31	73.985,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.975.472,09	8.881.713,61
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		322.778.130,82	193.953.370,75
<b>VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>13.315.327.090,88</b>	<b>12.002.081.892,19</b>
Pessoal e Encargos		1.532.239.669,92	1.488.707.578,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		384.342.812,75	380.295.231,74
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		156.348.959,57	143.111.601,27
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		121.007,33	127.527,34
Transferências e Delegações Concedidas		6.832.522.683,00	6.013.771.949,76
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8	4.407.118.083,82	3.973.759.239,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		35.613,32	98.886.708,85
Perdas Involuntárias		2.553,58	10.012,19
Incorporação de Passivos		4.397.129.886,28	3.857.649.046,41
Desincorporação de Ativos		9.950.030,64	17.213.472,18
Tributárias		2.335.574,46	2.029.791,38
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		298.300,03	278.972,23
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>9</b>	<b>86.721.310,10</b>	<b>-75.688.064,32</b>

## Balço Orçamentário

RECEITA							
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		-	-	-	-		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		-	-	-	-		
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>		-	-	-	-		
<b>DEFICIT</b>				<b>6.483.539.436,21</b>	<b>6.483.539.436,21</b>		
<b>TOTAL</b>		-	-	<b>6.483.539.436,21</b>	<b>6.483.539.436,21</b>		
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>		-	<b>15.125.780,00</b>	-	<b>-15.125.780,00</b>		
Superavit Financeiro		-	-	-	-		
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-		
Créditos Cancelados		-	15.125.780,00	-	-		
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>512.363.117,00</b>	<b>509.598.597,00</b>	<b>6.370.084.169,88</b>	<b>6.244.757.341,81</b>	<b>6.244.754.225,85</b>	<b>-5.860.485.572,88</b>
Pessoal e Encargos Sociais		432.050.000,00	440.918.433,00	2.741.643.047,85	2.695.325.472,82	2.695.322.356,86	-2.300.724.614,85
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		80.313.117,00	68.680.164,00	3.628.441.122,03	3.549.431.868,99	3.549.431.868,99	-3.559.760.958,03
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>6.420.000,00</b>	<b>24.310.300,00</b>	<b>113.455.266,33</b>	<b>86.882.981,28</b>	<b>86.861.381,15</b>	<b>-89.144.966,33</b>
Investimentos		6.420.000,00	24.310.300,00	47.010.232,02	20.556.419,71	20.534.819,58	-22.699.932,02
Inversões Financeiras		-	-	66.445.034,31	66.326.561,57	66.326.561,57	-66.445.034,31
<b>TOTAL</b>	10	<b>518.783.117,00</b>	<b>533.908.897,00</b>	<b>6.483.539.436,21</b>	<b>6.331.640.323,09</b>	<b>6.331.615.607,00</b>	<b>-5.949.630.539,21</b>

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>321.727,31</b>	<b>141.022.279,91</b>	<b>119.403.931,11</b>	<b>119.403.931,11</b>	<b>18.738.935,58</b>	<b>3.201.140,53</b>
Pessoal e Encargos Sociais	40.677,06	29.615.242,24	20.778.231,87	20.778.231,87	6.310.630,59	2.567.056,84
Outras Despesas Correntes	281.050,25	111.407.037,67	98.625.699,24	98.625.699,24	12.428.304,99	634.083,69
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.408.051,13</b>	<b>16.191.414,17</b>	<b>9.096.628,79</b>	<b>9.096.628,79</b>	<b>2.310.003,55</b>	<b>6.192.832,96</b>
Investimentos	1.408.051,13	15.641.064,61	9.096.628,79	9.096.628,79	1.759.653,99	6.192.832,96
Inversões Financeiras	-	550.349,56	-	-	550.349,56	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.729.778,44</b>	<b>157.213.694,08</b>	<b>128.500.559,90</b>	<b>128.500.559,90</b>	<b>21.048.939,13</b>	<b>9.393.973,49</b>

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>82.745,95</b>	<b>8.099,78</b>	<b>8.099,78</b>	<b>10.213,48</b>	<b>72.532,47</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	82.745,95	8.099,78	8.099,78	10.213,48	72.532,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>23.326,80</b>	<b>18.503,47</b>	<b>1.886,33</b>	<b>2.937,00</b>
Investimentos	-	23.326,80	18.503,47	1.886,33	2.937,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>82.745,95</b>	<b>31.426,58</b>	<b>26.603,25</b>	<b>12.099,81</b>	<b>75.469,47</b>

**Balço Financeiro**

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
<b>Receitas Orçamentárias</b>		-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>		<b>6.483.539.436,21</b>	<b>5.877.915.431,77</b>
<b>Ordinárias</b>		-	-	<b>Ordinárias</b>		<b>4.220.979.514,79</b>	<b>1.860.689.223,77</b>
<b>Vinculadas</b>		-	-	<b>Vinculadas</b>		<b>2.262.559.921,42</b>	<b>4.017.226.208,00</b>
Previdência Social (RPPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.560.315.384,60	552.712.000,83
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>		-	-	Previdência Social (RPPS)		357.342.245,78	335.600.000,00
				Previdência Social (RGPS)		328.147.908,00	
				Dívida Pública	11		3.107.412.629,28
				Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		16.754.383,04	21.501.577,89
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	12	<b>12.963.291.966,12</b>	<b>11.567.622.127,63</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	12	<b>6.832.161.568,87</b>	<b>6.002.380.661,01</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		12.716.224.846,92	11.478.616.757,80	Resultantes da Execução Orçamentária		6.363.536.611,56	5.743.300.077,04
Sub-repasse Recebido		12.716.224.846,92	11.478.616.757,80	Sub-repasse Concedido		6.363.536.611,56	5.743.300.077,04
Independentes da Execução Orçamentária		247.067.119,20	89.005.369,83	Independentes da Execução Orçamentária		468.624.957,31	259.080.583,97
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		244.881.359,02	85.424.678,06	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		122.440.679,51	42.714.511,82
Demais Transferências Recebidas		1.111.831,08	2.308.577,18	Demais Transferências Concedidas		555.915,54	1.156.090,93
Movimentação de Saldos Patrimoniais		1.073.929,10	1.272.114,59	Movimento de Saldos Patrimoniais		345.628.362,26	215.209.981,22
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>622.206.197,12</b>	<b>453.591.279,07</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>256.637.606,91</b>	<b>119.740.351,74</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		24.716,09	28.489,58	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		26.603,25	58.077,19
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		151.899.113,12	157.213.694,08	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		128.500.559,90	51.796.841,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		126.274.339,11	83.572.051,31	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		128.110.443,76	67.868.028,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários		344.008.028,80	212.777.044,10	Outros Pagamentos Extraorçamentários			17.403,74
Arrecadação de Outra Unidade		344.008.028,80	212.777.044,10	Demais Pagamentos			17.403,74
Demais Recebimentos							
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>		<b>48.575.958,60</b>	<b>27.398.996,42</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>		<b>61.735.509,85</b>	<b>48.575.958,60</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		48.575.958,60	27.398.996,42	Caixa e Equivalentes de Caixa		61.735.509,85	48.575.958,60
<b>TOTAL</b>		<b>13.634.074.121,84</b>	<b>12.048.612.403,12</b>	<b>TOTAL</b>		<b>13.634.074.121,84</b>	<b>12.048.612.403,12</b>

## Demonstração de Fluxo de Caixa

		2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>NE</b>	<b>109.136.064,66</b>	<b>62.281.578,05</b>
<b>INGRESSOS</b>		<b>13.433.574.334,03</b>	<b>11.863.971.223,04</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>13.433.574.334,03</b>	<b>11.863.971.223,04</b>
Ingressos Extraorçamentários		126.274.339,11	83.572.051,31
Transferências Financeiras Recebidas		12.963.291.966,12	11.567.622.127,63
Arrecadação de Outra Unidade		344.008.028,80	212.777.044,10
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-13.324.438.269,37</b>	<b>-11.801.689.644,99</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>		<b>-6.101.348.329,95</b>	<b>-5.471.098.926,30</b>
Judiciário		-1.388.539.747,03	-1.356.412.416,06
Previdência Social		-366.733.138,15	-375.759.266,46
Encargos Especiais		-4.346.075.444,77	-3.738.927.243,78
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-262.817.926,79</b>	<b>-260.324.625,02</b>
Intragovernamentais		-262.817.926,79	-260.324.625,02
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-6.960.272.012,63</b>	<b>-6.070.266.093,67</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-128.110.443,76	-67.868.028,92
Transferências Financeiras Concedidas		-6.832.161.568,87	-6.002.380.661,01
Demais Pagamentos			-17.403,74
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-95.976.513,41</b>	<b>-41.104.615,87</b>
<b>INGRESSOS</b>		-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-95.976.513,41</b>	<b>-41.104.615,87</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-28.510.059,30	-18.411.377,38
Outros Desembolsos de Investimentos		-67.466.454,11	-22.693.238,49
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>13</b>	<b>13.159.551,25</b>	<b>21.176.962,18</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>		<b>48.575.958,60</b>	<b>27.398.996,42</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		<b>61.735.509,85</b>	<b>48.575.958,60</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **1 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

O Ativo e o Passivo são mensurados pelo custo histórico, ou seja pelo valor de entrada.

As obrigações que trazem em seu bojo regras específicas de atualização monetária, tais como precatórios (RPVs) e passivos de pessoal, sofrem os ajustes pertinentes.

As saídas de estoque são registradas pelo custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição/construção, após o que fica sujeito à depreciação ou amortização, durante o período de sua vida útil, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Adota-se o método de depreciação/amortização por quotas constantes, aliado à tabela indicada no Manual SIAFI, [macrofunção 02.03.30](#), para definição do tempo de vida útil e do valor residual, à exceção dos imóveis que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.

O valor depreciado dos bens imóveis da União é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Segundo informado no Balanço Geral da União (BGU), 2º trimestre 2021, o sistema SPIUnet não foi criado com módulos que permitam o histórico de fluxos relacionados a Depreciação, Amortização, Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. A lógica utilizada no SPIUnet é de estoque, o que pode ocasionar variação dos valores apurados, em especial da depreciação, pois quaisquer alterações nos parâmetros utilizados no cálculo implicam novos valores de mensuração, de acordo com a metodologia adotada.

Na JF2, os valores dos bens imóveis de uso especial da União são atualizados a cada ano, no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, considerando as características dos imóveis e preços unitários regionais, nos termos do art. 4º, I, da Portaria STN/SPU n 03, de 10 de dezembro de 2014.

Em 2021, foi iniciado o processo de contratação para a reavaliação dos bens imóveis da 2ª Região, por meio de laudo, nos termos do art. 6º, da Portaria Conjunta SPU/STN 703/2014.

## 2 - Pagamento de Precatórios e RPVs

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs são requisições de pagamento expedidas pelo Judiciário para cobrar de municípios, estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva, nos processos judiciais de competência da Justiça Federal e no exercício da competência federal delegada.

Compete ao presidente do respectivo tribunal receber e aferir a regularidade formal dos ofícios requisitórios, apresentados pelos juízos vinculados à sua jurisdição, bem como assegurar a obediência à ordem cronológica (de apresentação dos precatórios) e à de preferência com vistas à autorização do pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e em resolução do CJF.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor - RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a: I - sessenta salários mínimos, se a devedora for a Fazenda federal; II - quarenta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda estadual ou a Fazenda distrital; III - trinta salários mínimos ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda municipal.

Com o advento da Lei nº 13.463/2017, os precatórios e RPVs federais expedidos, cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial, devem ser cancelados e ter o seus valores transferidos para a Conta Única do Tesouro Nacional. O cancelamento deve ser operacionalizado mensalmente pela instituição financeira, após o que poderá ser emitido novo ofício requisitório, a requerimento do credor.

Os valores decorrentes do pagamento de precatórios e RPVs representam uma parte significativa do montante de recursos movimentado pela JF da 2ª Região.

Até 2018, todo esse passivo era registrado na Justiça Federal, porém, a partir de 2019, foi alterada a forma de contabilização dos precatórios e RPVs, para que as obrigações das entidades devedoras sejam refletidas em seu próprio patrimônio, em atendimento ao Acórdão nº 2455/2017 – TCU - Plenário. O novo procedimento foi detalhado por meio da Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019 (Registro da Obrigação de Precatórios, RPV e Patronal do PSSS com reflexos no Patrimônio da Entidade Devedora).

Em 2020, houve o advento do item 9, Procedimentos específicos para provisões e passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais, no Manual SIAFI, [macrofunção 02.03.36](#), segundo a qual os valores cancelados em razão do disposto no art. 2º da Lei nº 13.463/2017, deverão inicialmente ser registrados como **passivos contingentes**.

Devido à possibilidade de ser expedido novo ofício requisitório do precatório ou RPV cancelado, desde que requerido pelo credor, conforme prevê o art. 3º da mesma lei, foi determinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) o reconhecimento, no passivo da União, do montante considerado provável a ser requisitado, ou seja, um montante em que seja provável a saída de recursos para pagamento dos precatórios cancelados. Devido à incerteza de prazo e valor, o reconhecimento se dará por meio de **provisões**.

Assim, considerando que parte deles vem sendo reincluída e paga ano a ano, é possível estimar o valor que se espera seja reincluído e pago nos próximos 12 meses, para fins de reconhecimento das provisões correspondentes.

Embora esteja previsto na referida macrofunção que os registros contábeis devam ser executados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), os respectivos valores são informados ao TRF2 pelo Conselho, para fins de lançamento, que se encontra detalhado no item Outras Informações, ao final deste relatório.

Para nortear tal registro, foi emitida a Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2020 (Registro dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) cancelados em razão do art. 2º da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017).

### **3 – Mudança nas Práticas e Procedimentos Contábeis**

Foi iniciado no exercício de 2021 o registro contábil da amortização dos bens intangíveis na SJRJ, composto em sua maioria por softwares.

As informações constantes do processo administrativo nº JFRJ-ADM-2019/0043 deram subsídios para realização dos registros da amortização, que totalizaram 21.713.549,66, conforme demonstrado no item 6 deste relatório.

Nas tabelas a seguir:

“AH” significa Análise Horizontal, que demonstra a variação percentual entre um ano e outro.

“AV” significa Análise Vertical, que demonstra a representatividade do item em relação ao total da respectiva demonstração contábil.

#### 4) BP – Ativo Circulante

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a. Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b. Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Tabela 1 – Ativo Circulante

	2021	2020	AH	AV
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>61.735.509,85</b>	<b>48.575.958,60</b>	<b>27%</b>	<b>7%</b>
Bancos - Caixa Econômica Federal	281.302,76	356.329,94	-21%	0%
Limite de saque com vinc. Pagamento	61.454.207,09	48.219.628,66	27%	7%
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>6.838.602,64</b>	<b>6.630.550,82</b>	<b>3%</b>	<b>1%</b>
Adiantamentos concedidos a pessoal	5.443.019,49	4.665.551,53	17%	1%
Créditos a rec. infração legal/contratual	1.395.583,15	1.964.999,29	-29%	0%
<b>Estoques</b>	<b>5.965.318,62</b>	<b>6.278.770,30</b>	<b>-5%</b>	<b>1%</b>
Materiais de consumo	5.965.318,62	6.278.770,30	-5%	1%
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	<b>336.309,93</b>	<b>215.072,19</b>	<b>56%</b>	<b>0%</b>
Assinaturas, anuidades e seguro a apropriar	336.309,93	215.072,19	56%	0%
<b>Total</b>	<b>74.875.741,04</b>	<b>61.700.351,91</b>	<b>21%</b>	<b>8%</b>

Fonte: SIAFI

A conta Limite de saque com vinculação de pagamento é o principal componente do item “Caixa e Equivalentes de Caixa” e representa 7% do total do Ativo. São os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional e disponíveis para pagamento das diversas despesas da unidade.

Conforme demonstrado a seguir, essa conta vem discriminada por fonte de recursos, que por sua vez podem ser ordinários (00) ou vinculados (demais códigos).

Tabela 2 – Limite de saque com vinculação de pagamento

Cod.	Fonte de Recursos	2021	2020	AH	AV
00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	33.055.747,39	17.699.164,46	87%	4%
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	5.867,22	1.240.055,17	-100%	0%
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	373.464,09	3.911,90	9447%	0%
51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	35.845,64	0,00	100%	0%
53	REC.DEST.AS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL	46.072,89	200.760,19	-77%	0%
69	CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	23.597.757,27	0,00	100%	3%
81	RECURSOS DE CONVENIOS	3.708.759,42	8.142,78	45447%	0%
86	REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	627.577,21	0,00	100%	0%
90	RECURSOS DIVERSOS	3.115,96	29.067.594,16	-100%	0%
TOTAL		61.454.207,09	48.219.628,66	27%	7%

Fonte: SIAFI

### 5) BP – Ativo Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis

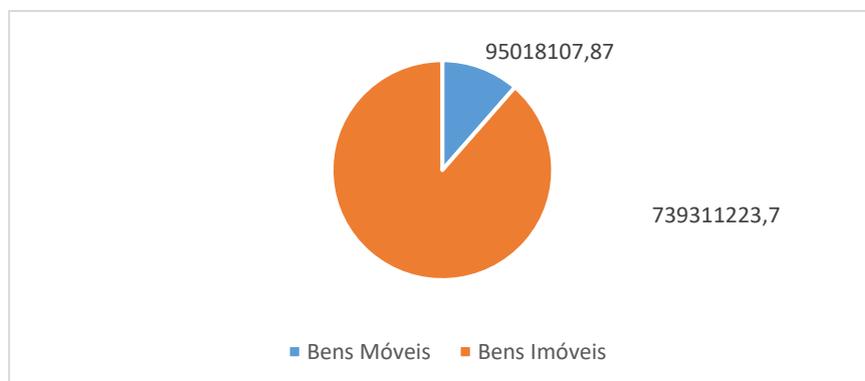
O Ativo Imobilizado representa 90% do Ativo e está segregado em Bens Móveis e Bens Imóveis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 3 – Imobilizado

	2021	2020	AH	AV
<b>Bens Móveis (I)</b>	<b>95.018.107,87</b>	<b>92.838.372,19</b>	<b>2%</b>	<b>10%</b>
Valor Bruto Contábil	222.965.257,29	206.665.793,33	8%	24%
Depreciação/amortização acumulada	(127.947.149,42)	(113.827.421,14)	12%	-14%
<b>Bens Imóveis (II)</b>	<b>739.311.223,73</b>	<b>646.850.099,48</b>	<b>14%</b>	<b>81%</b>
Valor Bruto Contábil	743.583.187,74	650.992.172,17	14%	82%
Depreciação/amortização acumulada	(4.271.964,01)	(4.142.072,69)	3%	0%
<b>Total Líquido (I+II)</b>	<b>834.329.331,60</b>	<b>739.688.471,67</b>	<b>13%</b>	<b>92%</b>

Fonte: SIAFI

Figura 1 – Imobilizado



Fonte: SIAFI

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos **Bens Móveis** da JF - 2ª Região foi de R\$ 95.018.107,87, conforme detalhamento apresentado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Bens Móveis

	2021	2020	AH	AV
Equip. Tecnologia da Informação e Comunicação / TIC	139.100.657,22	128.994.823,73	8%	15%
Mobiliário em geral	25.208.027,12	24.085.323,39	5%	3%
Veículos de tração mecânica	15.223.818,77	13.153.705,08	16%	2%
Estoque interno	13.385.277,08	11.124.347,46	20%	1%
Equipamento de proteção, segurança e socorro	5.408.897,61	5.287.040,19	2%	1%
Aparelhos e utensílios domésticos	3.876.708,00	3.720.785,15	4%	0%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	3.718.834,31	3.621.740,54	3%	0%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	3.374.331,95	3.477.268,29	-3%	0%
Máquinas e equipamentos energéticos	3.297.462,63	3.190.581,55	3%	0%
Peças não incorporáveis a imóveis	3.064.697,54	2.980.441,89	3%	0%
Máquinas e equipamentos gráficos	1.662.072,93	1.662.072,93	0%	0%
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	1.631.739,62	1.600.850,58	2%	0%
Coleções e materiais bibliográficos	1.247.082,41	1.249.238,97	0%	0%
Equipam/utensílios médicos, odontol., lab. e hosp.	574.007,77	528.162,19	9%	0%
Material de uso duradouro	528.326,76	442.711,76	19%	0%
Máquinas e utensílios de escritório	471.696,80	401.867,59	17%	0%
Bens não localizados	343.268,08	298.263,93	15%	0%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	236.008,72	236.008,72	0%	0%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	205.620,14	203.016,06	1%	0%
Aparelhos de medição e orientação	192.431,42	192.431,42	0%	0%
Utensílios em geral	85.750,00	85.750,00	0%	0%
Armamentos	48.680,76	49.502,26	-2%	0%
Obras de arte e peças para exposição	35.566,95	35.566,95	0%	0%
Veículos em geral	20.071,50	20.071,50	0%	0%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	12.358,67	12.358,67	0%	0%
Instrumentos musicais e artísticos	10.000,00	10.000,00	0%	0%
Outros bens móveis	1.617,72	1.617,72	0%	0%
Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	150,04	150,04	0%	0%
Discotecas e filmotecas	94,77	94,77	0%	0%
<b>Total Bruto</b>	<b>222.965.257,29</b>	<b>206.665.793,33</b>	<b>8%</b>	<b>24%</b>
Depreciação acumulada	(127.947.149,42)	(113.827.421,14)	12%	-14%
<b>Total Líquido</b>	<b>95.018.107,87</b>	<b>92.838.372,19</b>	<b>2%</b>	<b>10%</b>

Fonte: SIAFI

O valor líquido contábil dos **Bens Imóveis** da JF - 2ª Região totalizou R\$ 739.311.223,73, em 31/12/2021, com a seguinte composição:

Tabela 5 – Bens Imóveis

	2021	2020	AH	AV
Imóveis de uso especial	724.580.752,13	635.699.182,14	14%	79%
Imóveis em andamento	6.655.843,68	5.424.395,55	23%	1%
Instalações	12.087.613,35	9.595.438,28	26%	1%
Benfeitorias em prop.de terceiros	258.978,58	273.156,20	-5%	0%
Total Bruto	743.583.187,74	650.992.172,17	14%	82%
Depreciação/amortização acumulada	(4.271.964,01)	(4.142.072,69)	3%	0%
<b>Total Líquido</b>	<b>739.311.223,73</b>	<b>646.850.099,48</b>	<b>14%</b>	<b>81%</b>

Fonte: SIAFI

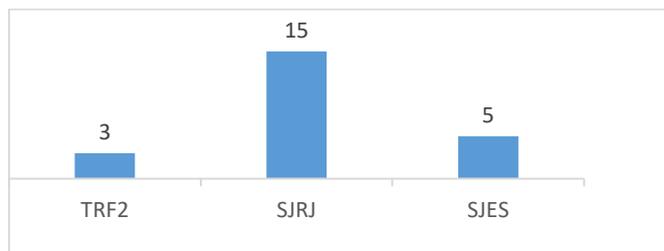
A JF - 2ª Região conta com 23 **Imóveis de Uso Especial** registrados no Spiunet e no SIAFI, cujo valor variou conforme demonstrado a seguir.

Tabela 6 – Bens Imóveis de Uso Especial

Bens Imóveis de Uso Especial	Saldo em 31/12/2020	Atualização no Spiu-net	Saldo em 31/12/2021	Depreciação acumulada
Edifícios (17)	604.489.629,46	85.105.501,96	689.595.131,42	(4.101.980,30)
Terrenos/Glebas (4)	5.315.645,56	1.254.794,75	6.570.440,31	-
Armazens/Galpões (2)	25.893.907,12	2.521.273,28	28.415.180,40	(74.043,28)
<b>TOTAL (23)</b>	<b>635.699.182,14</b>	<b>88.881.569,99</b>	<b>724.580.752,13</b>	<b>(4.176.023,58)</b>

Fonte: SIAFI

Figura 2 – Distribuição do quantitativo de imóveis de uso especial



Fonte: SIAFI

Em 2021, não houve alteração no quantitativo de imóveis.

Os **Imóveis em Andamento**, quais sejam as Obras em Andamento e os Estudos e Projetos, possuem a seguinte composição:

Tabela 7 – Imóveis em andamento

Unidade	Obras	Saldo em 31/12/2021
SJES	Projeto para viabilizar a instalação de pontos de ancoragem nos prédios sede Vitória e Subseção de Cachoeiro de Itapemirim	3.500,00
SJRJ	Reforma anexos I e II Rio Branco,243	1.987.516,87
SJRJ	Reforma sanitários Fórum Marilena Franco	18.358,89
SJRJ	Modernização áudio e vídeo Fórum Marilene Franco 1º	29.583,70
TRF2	Recuperação predial e adequações em seis andares, corredor de acesso ao plenário e hall de entrada – sede	2.811.618,91
TRF2	Recuperação predial e adequações físicas em 9 andares, incluindo áreas do anexo I b, secretarias de turmas e corredores – sede	1.678.743,70
TRF2	Impermeabilização em parede estrutural localizada no subsolo do prédio sede	126.521,61
<b>Total</b>		<b>6.655.843,68</b>

Fonte: SIAFI e setoriais contábeis das UGs

## 6) BP - Ativo Intangível

O ativo intangível é composto em sua quase totalidade de softwares com vida útil definida.

Em 2021, a SJRJ iniciou o registro da amortização dos bens intangíveis, acarretando uma redução no valor líquido desses bens da ordem de 90%, conforme tabela abaixo.

Tabela 8 – Bens Intangíveis

	2021	2020	AH	AV
Softwares - vida útil definida	43.402.081,65	42.388.710,72	2%	5%
Softwares - vida útil indefinida	47.431,00	47.231,00	0%	0%
Direitos autorais	7.730,00	7.730,00	0%	0%
<b>Total Bruto</b>	<b>43.457.242,65</b>	<b>42.443.671,72</b>	2%	5%
Depreciação/amortização acumulada	-40.324.545,07	-16.779.256,10	140%	-4%
Redução ao valor recuperável	-615.073,90	-615.073,90	0%	0%
<b>Total Líquido</b>	<b>2.517.623,68</b>	<b>25.049.341,72</b>	-90%	0%

Fonte: SIAFI

Tal impacto explica-se pela participação dos bens da SJRJ no total da 2ª região e pelo período em que os itens deixaram de ser amortizados.

Com isso, parte da amortização foi reconhecida como ajuste de exercícios anteriores, demonstrados na tabela seguinte.

Tabela 9 – Amortização de Bens Intangíveis - SJRJ

SJRJ	Saldo em 31/12/2020	Entradas	Varição Patrimonial	Ajustes de exercícios anteriores	Saldo em 31/12/2021
Intangíveis	22.049.322,23	32.557,87	-	-	22.081.880,10
Amortização	-	-	-4.326.025,77	-17.387.523,89	-21.713.549,66
<b>Valor Líquido</b>					<b>368.330,44</b>

### 7) BP – Passivo Circulante

Os passivos são classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Além dos itens de Precatórios, que se referem aos RPVs autuados em dezembro, os principais componentes do passivo circulante são “Pessoal a Pagar” e “Depósitos Recebidos por Determinação Judicial”, que representam, respectivamente, 11% e 3% do total do Passivo.

Tabela 10 – Passivo Circulante – Composição

	2021	2020	AH	AV
<b>Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar</b>	<b>192.606.117,38</b>	<b>173.543.077,30</b>	<b>11%</b>	<b>21%</b>
Pessoal a Pagar	96.694.869,03	50.149.565,44	93%	11%
Precatórios de Pessoal e Benefícios Previd.	95.800.888,55	123.326.384,78	-22%	11%
Encargos Sociais a Pagar	110.359,80	67.127,08	64%	0%
<b>Fornecedores e Contas a Pagar</b>	<b>247.364,79</b>	<b>136.557,80</b>	<b>81%</b>	<b>0%</b>
<b>Demais Obrigações a Curto Prazo</b>	<b>39.461.620,69</b>	<b>31.946.895,31</b>	<b>24%</b>	<b>4%</b>
Valores Restituíveis - Depósitos recebidos por determinação judicial	27.302.805,61	29.053.220,41	-6%	3%
Demais Valores Restituíveis	306.613,97	370.703,69	-17%	0%
Precatórios de Terceiros	11.833.240,84	2.507.126,90	372%	1%
Outras Obrigações a Curto Prazo	18.960,27	15.844,31	20%	0%
<b>Total</b>	<b>232.315.102,86</b>	<b>205.626.530,41</b>	<b>13%</b>	<b>25%</b>

Fonte: SIAFI

A rubrica de Pessoal a Pagar representa o valor de salários, benefícios e férias a pagar, sendo esta última o componente mais expressivo (92%), devido à apropriação da despesa de férias por competência.

Os Depósitos recebidos por determinação judicial referem-se a devoluções/cancelamentos de requisitórios (Precatórios e RPVs), determinados pelo juiz por algum motivo. Após identificação, os depósitos referentes ao exercício corrente retornam para o respectivo empenho e os demais são recolhidos ao Tesouro.

Também ingressam nessa conta os depósitos para pagamentos de requisitórios de entidades não integrantes do SIAFI.

### 8) DVP – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A tabela seguinte demonstra o item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, componente das variações patrimoniais diminutivas (VPDs), com impacto no resultado do exercício.

Tabela 11 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	2021	2020	AH	AV
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	35.613,32	98.886.708,85	-100%	0%
Perdas Involuntárias	2.553,58	10.012,19	-74%	0%
Incorporação de Passivos	4.397.129.886,28	3.857.649.046,41	14%	5070%
Desincorporação de Ativos	9.950.030,64	17.213.472,18	-42%	11%
<b>Total</b>	<b>4.407.118.083,82</b>	<b>3.973.759.239,63</b>	<b>11%</b>	<b>5082%</b>

Fonte: SIAFI

A redução expressiva da rubrica “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas” deve-se substancialmente a um erro de lançamento ocorrido em 2020, durante a reavaliação dos imóveis no sistema Spiunet.

Foi registrada equivocadamente a desvalorização de um imóvel da SJES no valor de R\$ 97.804.931,21, e em seguida, para acertar os valores envolvidos, foi registrada uma valorização de R\$ 102.776.523,05 para o mesmo imóvel.

Na rubrica “Desincorporação de Ativos”, 92% do seu valor provém de movimentações dentro da conta de imóveis e de baixa das contas de Instalações e de Imóveis em andamento pelo término das respectivas obras, procedimento este que é seguido da atualização dos imóveis no Spiunet, a qual foi demonstrada na Tabela 6.

A “Incorporação de Passivos” decorre da transferência de precatórios e RPVs das unidades devedoras para a Justiça Federal, a quem cabe a realização do pagamento de tais passivos, nos termos da Nota Técnica SPO/CJF nº 001/2019.

Segue a composição do saldo desta conta.

Tabela 12 - Incorporação de Passivos – Precatórios e RPVs

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2021
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO - SENTENÇAS JUDICIAIS (EFU)	2.045.427.397,03
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (FRGPS)	1.793.579.226,64
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	118.122.635,06
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	77.231.926,49
INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA	76.718.884,29
FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	44.059.758,26
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	42.771.607,82
DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF - INCRA	36.012.994,19
DEPART.NAC.INFRA ESTRUTURA TRANSPORTES.	30.867.906,21
COLEGIO PEDRO II	15.224.491,21
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	13.031.823,94
CNEN-ORCAMENTO E FINANÇAS	12.639.038,16
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	12.518.024,99
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (PSSS)	12.133.585,82
BANCO CENTRAL DO BRASIL	9.668.868,93
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	7.880.727,79
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	7.809.567,59
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	7.440.511,24
UNIRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ	6.487.032,99
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	5.348.328,44
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	5.258.515,59
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	4.456.506,13
INSTITUTO NAC.DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOG	3.109.568,50
IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ	1.945.013,73
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	1.738.960,95
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO - REITORIA	1.489.176,91
SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - RJ	1.308.416,01
AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	708.609,39
CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA	312.631,71
COORD. DE PLAN. ORCAMENTO E FIN./COPLAN/JBRJ	268.991,39
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	268.274,23
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - U.O.	227.926,14
FUNDACAO OSORIO	174.975,14
INSTITUTO FED CIENCIA TECNOL SUDESTE MG	159.726,23
CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIARIO AERONAUTICA	133.564,04
INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	124.585,47
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	115.407,41
COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	105.372,17
CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL	88.823,11
RECOMPOSIÇÃO DE SALDO DE PRECATÓRIOS/RPVs	84.324,00
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES-SEDE	76.180,94
TOTAL	4.397.129.886,28

Fonte: SIAFI

**9) DVP – Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado do exercício ou resultado patrimonial provém da confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a unidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a unidade, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

O resultado patrimonial apurado em 31/12/2021 foi superavitário em R\$ 86.721.310,10 e está demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 13 – Resultado Patrimonial

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>13.402.048.400,98</b>	<b>11.926.393.827,87</b>
Transferências e Delegações Recebidas	12.963.488.089,51	11.568.025.370,79
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	322.778.130,82	193.953.370,75
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	94.334.106,47	145.129.012,05
Taxas	20.913.927,32	18.918.837,23
Outras	534.146,86	367.237,05
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>13.315.327.090,88</b>	<b>12.002.081.892,19</b>
Transferências e Delegações Concedidas	6.832.522.683,00	6.013.771.949,76
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.407.118.083,82	3.973.759.239,63
Pessoal e Encargos	1.532.239.669,92	1.488.707.578,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	384.342.812,75	380.295.231,74
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	156.348.959,57	143.111.601,27
Outras	2.754.881,82	2.436.290,95
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>86.721.310,10</b>	<b>-75.688.064,32</b>

Fonte: SIAFI Web

**10) BO - Balanço Orçamentário – Resultado Orçamentário**

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Ocorre que o balanço orçamentário da JF 2ª Região apresenta déficit como resultado orçamentário porque a JF não é um agente arrecadador, mas primordialmente um prestador de serviço público, para cuja prestação executa despesas e realiza investimentos.

O ingresso dos recursos necessários à execução das despesas ocorre mediante transferências financeiras da União, conforme demonstrado no balanço financeiro.

O desequilíbrio no saldo da dotação explica-se em parte pelo recebimento de provisões orçamentárias para empenho e pagamento de Precatórios e RPVs, cuja dotação é originalmente consignada no orçamento das entidades devedoras e não na JF2.

Outra parte do desequilíbrio deve-se à estrutura orçamentária adotada na JF. As colunas Dotação Inicial e Dotação Atualizada apresentam apenas a previsão das despesas do TRF2 na lei orçamentária anual (LOA), porém as colunas que refletem a execução da despesa incluem as Seções Judiciárias da 2ª Região, cuja dotação é consignada no orçamento do CJF e, posteriormente, transferida por meio de provisões orçamentárias.

Segue quadro ajustado da execução orçamentária da JF2, considerando todas as provisões recebidas para execução de despesas.

Tabela 14 – Execução Orçamentária da JF- 2ª Região

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROVISÕES RECEBIDAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	<b>6.386.584.516,98</b>	<b>6.370.084.169,88</b>	<b>6.244.757.341,81</b>	<b>6.244.754.225,85</b>	<b>16.500.347,10</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.746.653.829,45	2.741.643.047,85	2.695.325.472,82	2.695.322.356,86	5.010.781,60
Outras Despesas Correntes	3.639.930.687,53	3.628.441.122,03	3.549.431.868,99	3.549.431.868,99	11.489.565,50
DESPESAS DE CAPITAL	<b>119.423.534,31</b>	<b>113.455.266,33</b>	<b>86.882.981,28</b>	<b>86.861.381,15</b>	<b>5.968.267,98</b>
Investimentos	52.978.500,00	47.010.232,02	20.556.419,71	20.534.819,58	5.968.267,98
Inversões Financeiras	66.445.034,31	66.445.034,31	66.326.561,57	66.326.561,57	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	<b>6.506.008.051,29</b>	<b>6.483.539.436,21</b>	<b>6.331.640.323,09</b>	<b>6.331.615.607,00</b>	<b>22.468.615,08</b>

Fonte: SIAFI

Na tabela seguinte estão destacadas as rubricas de “sentenças judiciais”, que identificam os precatórios e RPVs, representando 68% das despesas empenhadas.

Tabela 15 – Naturezas das Despesas da JF- 2ª Região

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NATUREZA DA DESPESA	VALOR EMPENHADO 2021	VALOR EMPENHADO 2020
<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
Pessoal e Encargos Sociais	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.136.562.775,25	1.101.929.309,08
	<b>SENTENCAS JUDICIAIS</b>	937.195.049,13	842.338.595,77
	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	296.810.983,96	293.598.362,61
	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	248.563.270,16	242.903.603,22
	PENSOES	68.822.520,96	66.142.928,31
	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	24.370.055,48	22.493.584,51
	SENTENCAS JUDICIAIS	10.148.187,18	14.518.797,98
	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	9.405.238,86	10.188.836,68
	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	5.092.815,72	4.695.379,44
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.393.823,78	32.995.243,93
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.112.687,45	1.120.915,72
	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	165.639,92	107.713,76
Outras Despesas Correntes	<b>SENTENCAS JUDICIAIS</b>	3.388.463.522,68	2.938.235.106,57
	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	53.064.378,43	55.773.471,28
	AUXILIO-ALIMENTACAO	51.974.712,22	51.822.342,61
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	46.020.782,53	39.000.342,96
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.748.730,91	42.466.678,24
	SERVICOS DE TECNOL.INFORMACAO E COMUNIC.- PJ	18.487.956,34	13.346.312,76
	INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.309.448,83	17.295.049,91
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	18.124.897,62	17.240.460,78
	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	9.301.656,50	9.621.687,19
	MATERIAL DE CONSUMO	2.248.652,60	2.945.648,98
	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	2.127.249,86	1.868.140,87
	AUXILIO-TRANSPORTE	862.079,58	1.087.392,83
	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	346.300,46	110.978,27
	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	201.553,54	211.367,06
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	90.970,81	140.745,36
	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	63.764,80	5.000,00
	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.464,32	100.907,12
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Investimentos	OBRAS E INSTALACOES	26.025.055,47	17.809.634,91
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	19.533.450,77	12.557.305,01
	SERVICOS DE TECNOL.INFORMACAO E COMUNIC.- PJ	1.299.726,09	969.942,68
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	151.999,69	-
Inversões Financeiras	<b>SENTENCAS JUDICIAIS</b>	66.445.034,31	22.273.645,37
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>6.483.539.436,21</b>	<b>5.877.915.431,77</b>

**11) BF – Despesas Orçamentárias - Dívida Pública**

A rubrica de Dívida Pública, dentro das despesas orçamentárias vinculadas, surgiu em 2020 para destacar os valores pagos com os recursos da fonte 44 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, em sua totalidade empregados no pagamento de precatórios.

Entretanto, em 2021 essa rubrica foi extinta e os recursos de precatórios voltaram a ser distribuídos nas demais fontes, ordinárias e vinculadas.

Tabela 16 - Despesas Orçamentárias

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	AH	AV
<b>Ordinárias</b>	<b>4.220.979.514,79</b>	<b>1.860.689.223,77</b>	<b>127%</b>	<b>31%</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>2.262.559.921,42</b>	<b>4.017.226.208,00</b>	<b>-44%</b>	<b>17%</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.560.315.384,60	552.712.000,83	182%	11%
Previdência Social (RPPS)	685.490.153,78	335.600.000,00	104%	5%
Dívida Pública	-	3.107.412.629,28	-100%	0%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	16.754.383,04	21.501.577,89	-22%	0%

Fonte: SIAFI

**12) BF – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas**

O valor das transferências financeiras recebidas e concedidas retrata o procedimento adotado na JF em relação aos recursos financeiros, conforme demonstrado na figura 3.

A UG orçamentária do TRF2 centraliza o recebimento das transferências financeiras do CJF (transferências recebidas) e as repassa (transferências concedidas) às demais UGs executoras da 2ª Região, que por sua vez registram novamente como transferências recebidas esses mesmos recursos. Quando as demonstrações de todas as UGs são agrupadas/consolidadas, tais valores são inflados.

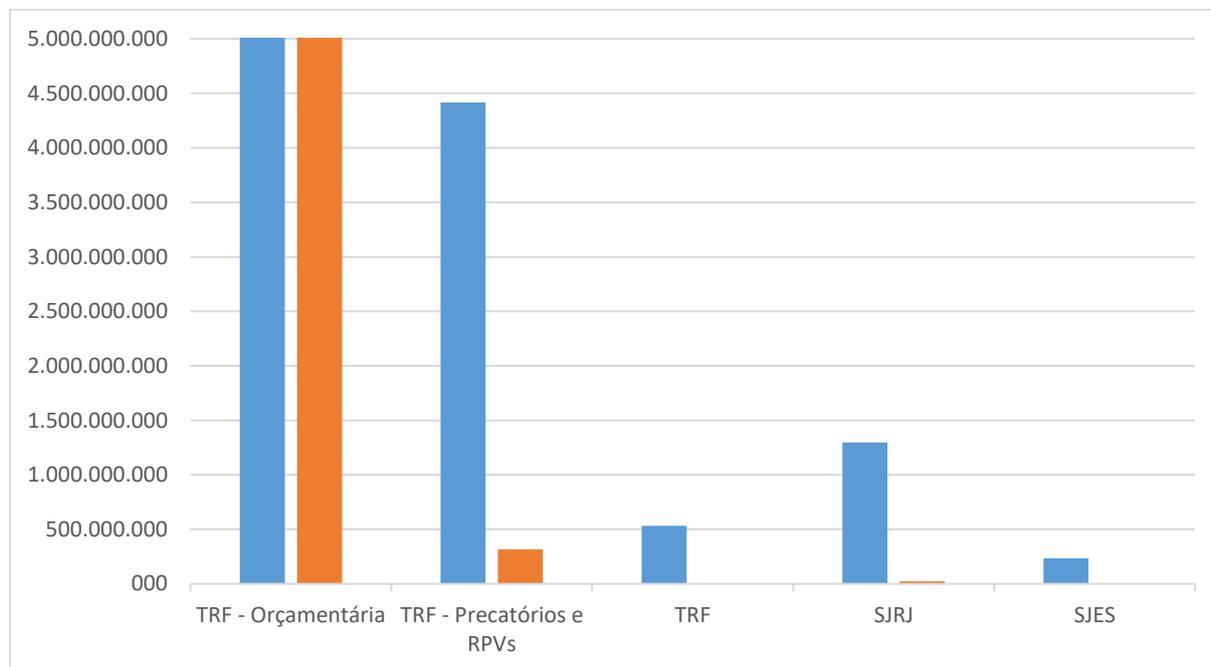
Tabela 17 – Transferências Financeiras

	2021	2020	AH	AV
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>12.963.291.966,12</b>	<b>11.567.622.127,63</b>	<b>12%</b>	<b>95%</b>
Sub-repasse Recebido	12.716.224.846,92	11.478.616.757,80	11%	93%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	244.881.359,02	85.424.678,06	187%	2%
Demais Transferências Recebidas	1.111.831,08	2.308.577,18	-52%	0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.073.929,10	1.272.114,59	-16%	0%
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>6.832.161.568,87</b>	<b>6.002.380.661,01</b>	<b>14%</b>	<b>50%</b>
Sub-repasse Concedido	6.363.536.611,56	5.743.300.077,04	11%	47%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	122.440.679,51	42.714.511,82	187%	1%
Demais Transferências Concedidas	555.915,54	1.156.090,93	-52%	0%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	345.628.362,26	215.209.981,22	61%	3%

Fonte: SIAFI

Verifica-se ainda, na figura 3, que o montante de recursos recebidos para pagamento de precatórios e RPVs (R\$ 4.416.250.221,96) foi maior que os recursos recebidos pela 2ª Região para a realização de seus gastos normais de funcionamento (R\$ 2.064.124.662,95).

Figura 3: Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas na 2ª Região



Fonte: SIAFI Web

### 13) BF e DFC – Resultado Financeiro e Geração Líquida de Caixa

O resultado financeiro de 2021 foi superavitário em R\$ 13.159.551,25, e sua formação é detalhada na tabela a seguir.

Tabela 18 – Resultado Financeiro

	2021	2020	AH
Receita Orçamentária	0	0	-
Despesa Paga	6.483.539.436,21	5.877.915.431,77	10%
<b>Resultado Orçamentário (I)</b>	<b>-6.483.539.436,21</b>	<b>-5.877.915.431,77</b>	10%
Transferências Financeiras Recebidas	12.963.291.966,12	11.567.622.127,63	12%
Transferências Financeiras Concedidas	6.832.161.568,87	6.002.380.661,01	14%
<b>Transferências Financeiras Líquidas (II)</b>	<b>6.131.130.397,25</b>	<b>5.565.241.466,62</b>	10%
Recebimentos Extraorçamentários	622.206.197,12	453.591.279,07	37%
Pagamentos Extraorçamentários	256.637.606,91	119.740.351,74	114%
<b>Resultado Extraorçamentário (III)</b>	<b>365.568.590,21</b>	<b>333.850.927,33</b>	10%
<b>Resultado Financeiro do Exercício (I+II+III)</b>	<b>13.159.551,25</b>	<b>21.176.962,18</b>	-38%

Fonte: SIAFI Web

Devido à adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria na União, o “Resultado Financeiro” é igual à “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, apurada na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

Tabela 19 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>AH</b>
Atividades Operacionais	109.136.064,66	62.281.578,05	75%
Atividades de Investimento	-95.976.513,41	-41.104.615,87	133%
<b>Total</b>	<b>13.159.551,25</b>	<b>21.176.962,18</b>	<b>-38%</b>

Fonte: SIAFI Web

As Atividades de Investimento, como a aquisição de bens e realização de obras, apresentam fluxo negativo, pois são financiadas com valores que ingressam no item de Atividades Operacionais.

**Outras informações****Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Recursos**

Estão demonstrados abaixo os passivos reconhecidos, mas não quitados por motivo de insuficiência de recursos orçamentários e financeiros.

Tabela 20 – Passivos por Insuficiência de Recursos

Conta Contábil	Motivo do registro	Saldo em 31/12/2021
Salários, remunerações e benefícios e PSSS	Despesas de Pessoal	20.249,68
INSS-contrib.s/ serviços de terceiros - intra	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJG	23.808,89
PSSS-contrib.s/vencimentos e vantagens -intra	Despesas de Pessoal	7.250,84
Contas a pagar credores nacionais	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - AJG	119.999,16
<b>TOTAL</b>		<b>171.308,60</b>

Fonte: SIAFI

Cumpra informar que deixou de ser registrado, em 2021, o valor de R\$ 459.847,27, referente ao passivo de AJG da SJRJ, cuja apropriação ocorreu somente em janeiro/22.

**Ajustes de exercícios anteriores**

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo “Resultado do Exercício” e pelos “Resultados de Exercícios Anteriores”. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No quadro a seguir apresenta-se a variação do saldo entre o início e o final do período.

Tabela 21 – Ajustes de Exercícios Anteriores

	Registros
Saldo em 31/12/2020	-37.754.113,42
Reclassificação do saldo existente em 31/12/2020 para Superávit ou Déficit acumulados de exercícios anteriores	37.754.113,42
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Pessoal	-10.566.287,17
Apropriação de Despesas referentes aos Passivos de Despesas Diversas - Fornecedores e diárias	-103.349,95
Apropriação de Despesas referente aos Passivos de Encargos Sociais, Contribuições Sociais e Benefícios previdenciários.	-77.537,37
Bens de capital - Imobilizado - variações diminutivas e aumentativas	40.133,99
Depreciação e Amortização Acumulada - variações aumentativas e diminutivas	-17.418.511,03
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-28.125.551,53</b>

Fonte: SIAFI

**Passivos Contingentes / Provisões – decisões judiciais**

O Passivo contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade. O seu reconhecimento se dá em contas de controle.

Os passivos contingentes, de Precatórios e RPs cancelados – Lei 13.463/2017, foram registrados na UG 170013 - SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME, órgão 25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme previsto na macrofunção 02.03.36.

Tabela 22 – Passivos Contingentes

Unidade Executada		Saldo em 2021
SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME	Precatórios	1.785.766.439,91
SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME	RPs	501.793.489,62
<b>TOTAL</b>		<b>2.287.559.929,53</b>

Fonte: SIAFI

A Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. Deve ser reconhecida quando estiverem presentes os seguintes requisitos: exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados; seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação; e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O reconhecimento dos passivos de Precatórios e provisões de RPs reincluídos para 2022 foi realizado diretamente em cada Unidade executada, conforme tabelas seguintes.

Tabela 23 - Provisão de RPs cancelados e reincluídos para 2022

Unidade Executada	Saldo em 2021
SETORIAL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA / ME	23.780.142,82
FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (FRGPs)	12.796.787,85
FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS)	1.514.808,05
<b>TOTAL</b>	<b>38.091.738,72</b>

Fonte: SIAFI

Tabela 24 - Passivo de Precatórios cancelados e reincluídos para 2022

Unidade Executada	Saldo em 2021
DPTO. DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA-DAF - INCRA	71.135.616,42
SETORIAL ORCAMENTARIA E FINANCEIRA / ME	70.570.398,02
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	19.339.344,88
INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA	7.044.877,56
SETORIAL ORCAMENTARIA DO FRGPS	5.003.360,40
FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	3.875.900,24
IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ	728.147,44
SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - RJ	608.713,18
DEPART.NAC.INFRA ESTRUTURA TRANSPORTES.	492.529,57
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	399.236,14
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	135.703,22
COLEGIO PEDRO II	8.423,34
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	6.576,13
<b>TOTAL</b>	<b>179.348.826,54</b>

Fonte: SIAFI

<b>Local</b>	Rio de Janeiro	<b>Data</b>	17/01/2022
<b>Contadora Responsável UGs 090028/ 090034 / 090048 / 090054</b>	Claudia Cristina de Souza Marques	<b>CRC nº</b>	071150-O-RJ
<b>Contador Responsável UG 090016</b>	Marcelo Corrêa da Silva	<b>CRC nº</b>	084027/O-3-RJ
<b>Contador Responsável UG 090014</b>	Márcio Jerry Marchesi Reis	<b>CRC nº</b>	014586/O-ES